

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)**

PREGÃO ELETRÔNICO 22/2019

Processo nº 21000.066798/2019-41

SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.733.698/0001-66, estabelecida à Rua Dom Aguirre, 576 – Andar I – Bloco II – Jardim Marajoara na cidade de São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

CONTRARRAZÕES

em face do recurso interposto pela empresa **GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA.,** requerendo, desde já, seja o presente recurso improvido ao final, segundo as razões de fato e de direito em seguida aduzidos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Hilite", written in a cursive style.

1. DA REGULARIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 PREÂMBULO

Trata-se de licitação destinada à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Service Desk (com suporte de atendimento remoto e presencial) para usuários, monitoração de ambiente tecnológico (NOC - *Network Operations Center*), Sustentação de sistemas de informação, Operação de infraestrutura e evolução do ambiente tecnológico de TIC deste ministério, bem como apoio a gestão dos serviços de TIC, utilizando: recursos humanos, processos e ferramentas adequadas, com base em padrões técnicos de qualidade e desempenho estabelecidos neste documento e com base nas melhores práticas de mercado difundidas pela ITIL, COBIT, ISO/IEC 20.000 e a série de normas ISO/IEC 27.000.

Antes de debater o mérito, importante destacar alguns pontos que são de fundamental relevância. O primeiro é fato de a licitação ter legitimamente alcançado os seus principais objetivos, especialmente o de garantir a realização de uma ampla competição dentro da legalidade, com observância à isonomia e mediante a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração.

Com êxito, o MAPA realizou devidamente o Pregão Eletrônico ora debatido, não havendo nada a macular a decisão que declarou a SONDA PROCWORK vencedora desta licitação.

Ao contrário das alegações recursais apresentadas pela GLOBALWEB, ora Recorrente, não houve irregularidade na documentação apresentada pela SONDA, ora Recorrida, visto que cumpriu as exatas exigências do edital, bem como o ordenamento jurídico vigente.

A SONDA demonstrou devida e satisfatoriamente possuir plena aptidão jurídica e técnica para a assunção das responsabilidades contratuais previstas no edital, não havendo nenhum fator impeditivo que a impeça de participar em licitações, em qualquer esfera de Poder, bem como de formalizar contrato público.

Diante da correta comprovação da capacidade de execução dos serviços pela Recorrida, melhor colocada no certame, o Pregoeiro decidiu por declará-la vencedora, agindo, pois, de acordo com os princípios da vinculação ao edital, após natural avaliação documental, realizada de forma objetiva e de acordo com as normas do instrumento convocatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Hilti", located at the bottom right of the page.

Desde já, cumpre destacar que o Pregoeiro, mesmo diante da possibilidade de realizar diligência, a teor do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/1993, não vislumbrou a necessidade de adoção de tal medida, notadamente porque os atestados apresentados pela SONDA foram suficientes à comprovação de sua vasta expertise. Aliás, exageradamente, a Recorrente pretende inculir a ideia de que a Recorrida não teria cumprido requisitos formais documentais, os quais não têm a menor relevância, diante alcance do objetivo havido, de comprovação da experiência técnica, o que será melhor debatido em tópico seguinte.

A GLOBALWEB, por mero inconformismo, resolveu recorrer neste Pregão Eletrônico com nítido propósito de tumultuar, haja vista a inexistência de argumentos a infirmar a decisão proferida pelo Pregoeiro.

Como visto introdutoriamente, outra conclusão não haverá senão a de que o ato administrativo que classificou a SONDA é válido e legítimo, motivo pelo qual **NÃO há motivo que respalde a alteração do resultado deste certame**, fruto de decisão fundada em julgamento objetivo, balizado de acordo com as regras do edital e amparado inteiramente nos princípios administrativos e nas normas da Lei nº 8.666/1993.

Oportunamente, saliente-se a inaplicabilidade da Lei nº 13.303/2016, a qual, conforme consta do seu preâmbulo, “*dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*”. Assim, logicamente, o MAPA, por ser órgão da Administração Direita, não se submete à referida legislação, que trata especificamente do estatuto jurídico das empresas públicas e sociedade de economia mista, as quais fazem parte da Administração Indireta.

A verificação da legalidade das decisões proferidas neste certame devem, portanto, observar as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/1993.

Assim sendo, a seguir serão contrapostas as razões recursais apresentadas pela GLOBALWEB, e comprovada, definitivamente, a legalidade da decisão que declarou a SONDA vencedora, a qual carece de qualquer reparo.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Hitli", located at the bottom right of the page.

1.2. DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO DA GLOBALWEB

1.2.1. DA LEGALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DA SONDA PROCWORK NA LICITAÇÃO E DA SUA PLENA APTIDÃO PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, a Recorrente afirmou que:

“O item 3.1.6 do Edital ao discorrer sobre a justificativa da contratação afirma que, durante o processo de renovação do atual contrato, o MAPA foi surpreendido com a notícia de que a empresa que presta este serviço continuado de manutenção do ambiente tecnológico (níveis 1, 2 e 3) com abrangência em todo o território Nacional, ficou impedida de renovar e licitar novos contratos, conforme consta em consulta ao SICAF (8673924) e no CEIS (8673918)

Por tal fato, o MAPA foi obrigado a executar um novo processo de contratação em um curtíssimo espaço de tempo. Cumpre salientar que a atual prestadora de serviços no MAPA é a empresa CTIS TECNOLOGIA S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, cujo o administrador é o Sr. JORGE DAVID RAMIREZ SCOTT que também exerce a função de administrador na empresa SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA, Recorrida. Ora, se a presente licitação está sendo realizada em virtude do impedimento de licitar da atual prestadora de serviços ao Órgão licitante é inconcebível a participação e, pior, a adjudicação do objeto para licitante que possui administrador em comum com aquela empresa. No entanto, com a máxima vênia, equivocadamente, a Recorrida foi classificada, habilitada e declarada vencedora do certame. Dessa feita, a decisão merece reforma, uma vez que a empresa vencedora sequer poderia participar do certame e, mesmo diante de sua participação, não comprovou as exigências de qualificação técnica constantes nos itens 9.11.4, 9.11.6, 9.11.8 e 9.11.12 do Edital e subitens 12.4.3.3, 12.4.4.11, 12.4.4.14 e 12.4.4.19 do Termo de Referência, conforme restará comprovado adiante.”

Como visto, a tese sustentada pela Recorrida seria a de que a SONDA PROCWORK não poderia firmar contrato com o MAPA (ou mesmo participar da licitação) em virtude de a empresa CTIS TECNOLOGIA S.A, prestadora de serviços anterior, cujo sócio administrador é o mesmo da Recorrida, estar impedida de contratar com o órgão federal.

Primeiramente, cumpre salientar que a SONDA PROCWORK é uma empresa constituída por empresas chilenas, ativa no Brasil desde 2007, enquanto a CTIS TECNOLOGIA S/A segue autonomamente há mais de 30 anos, não obstante tenha a Recorrida se tornado a sua acionista em 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Hilti", located at the bottom right of the page.

As empresas questionadas possuem **total independência**, tanto que cada qual possui CNPJ próprio, sede própria, orçamento próprio, autonomia de atuação mercadológica e, principalmente, acervos técnicos próprios, que não se confundem em absolutamente nada. Não há qualquer dependência entre elas e sequer o objeto social é idêntico.

O fato de haver precedência da criação e de atuação no mercado independente por si só já evidencia a **inexistência** de má-fé dos dirigentes, uma vez que, há anos, ambas as empresas estão ativas. Assim, não houve a criação de empresa destinada a burlar ou fraudar a lei, tendo em vista a pré-existência (muito anterior a esta licitação, diga-se de passagem!) e a completa autonomia existente entre elas.

Ademais, a sanção informada (de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e **não** de inidoneidade, como afirmado nas razões recursais) somente afeta a empresa a que foi submetida a tal restrição, ou seja, a CTIS TECNOLOGIA S/A, o que pode ser confirmado por simples emissão de declaração do SICAF.

Em pesquisa no SICAF, é possível atestar que **não** pesa em desfavor da Recorrida fato impedimento a justificar qualquer alteração da sua classificação na presente licitação. Logo, não procede a tese sustentada pela Recorrente de que a SONDA não poderia participar ou assinar contrato com a Administração Pública.

Ao contrário da tese sustentada pela Recorrente, **a SONDA tem total aptidão para participar de licitações nacionalmente, isto é, em qualquer esfera da federação, como provou devidamente com a declaração expedida pelo SICAF.**

Importante também ressaltar que a Recorrente alegou de forma **superficial** suposta burla à lei ou decisão, **não havendo qualquer subsídio probatório que respalde tal alegação, até porque realmente não existiu nenhum ato voluntário nesse sentido.**

Assim, é arbitrária a presunção de culpa, seja porque viola um direito garantido pela Constituição Federal (art. 5º, LVII), ou porque não houve realmente a prática de ilícito, como se pode constatar até mesmo da ausência de provas em sentido contrário.

A consideração de vínculos societários entre a SONDA e a CTIS, como requer a

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Hilti".

Recorrente, caracteriza a desconsideração da personalidade jurídica, aplicável apenas quando apurada intenção fraudatória, o que não é o caso.

Para melhor esclarecer, a **fraude não se presume**, é fato que deve ser provado e discutido em processo administrativo próprio, o que, definitivamente, não é o caso, pois, como dito acima, não houve burla à lei/decisão, que dirá intenção fraudatória.

Tanto a má-fé (dolo) quanto à fraude não se presumem, demandam prova sólida, robusta e concreta para conduzir à culpabilidade, caso contrário, restará violado o princípio da presunção da inocência, previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

A tipologia “*fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório*”, em qualquer artigo da Lei nº 8.666/93 que possa ser enquadrado, exige necessariamente a combinação de dois elementos: (i) o objetivo e (ii) o subjetivo, sendo certo que a ausência de um ou de outro exclui o suposto ilícito.

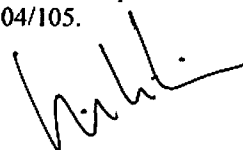
O elemento objetivo consiste no resultado imediatamente pretendido pela ação fraudulenta: frustrar os objetivos do certame licitatório. Dessa forma, sem que haja prejuízo ao prosseguimento normal da licitação ou de seu caráter competitivo não existe conduta criminoso.

O elemento subjetivo, por sua vez, requer a presença dos dolos genérico e específico que se configuram na associação de dois fatores: a intenção consciente e deliberada de frustrar o certame licitatório (dolo genérico) com a finalidade de auferir vantagem para si ou para outrem (dolo específico). Assim, inexistente a modalidade culposa de fraudar.

Além disso, fraudar a licitação é crime de dano ou de resultado. Para aperfeiçoar-se é indispensável que o expediente empregado pelo concorrente venha a frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório¹, o que, no caso, não ocorreu, uma vez que a licitação se realizou com a participação de diversas empresas, atingindo, portanto, ampla competitividade.

Reitera-se, por oportuno, que a SONTA, criada há mais de dez anos, (i) optou por

¹ COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Direito penal das licitações. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 22/23. No mesmo sentido: GASPARINI, Diógenes. Crimes na Licitação. 3ª edição. São Paulo: NDJ, 2004, p. 104/105.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Nikhi" or similar, written in a cursive style.

ingressar na licitação justamente porque atua independentemente, em diversos seguimentos do mercado de TI, muito antes de a CTIS TECNOLOGIA S/A sofrer qualquer tipo de penalidade; (ii) que não houve qualquer intenção ou vontade premeditada em burlar a lei ou decisão administrativa; (iii) que não cometeu qualquer crime, como fraude, a justificar a desconsideração da personalidade jurídica para alcance dos vínculos societários.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem consolidado e explícito entendimento de que somente é possível a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, sócios e endereço em substituição a outra declarada inidônea, **o que não é o caso da SONDA. Veja-se:**

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA.

LICITAÇÃO. SANÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. EXTENSÃO DE EFEITOS À SOCIEDADE COM O MESMO OBJETO SOCIAL, MESMOS SÓCIOS E MESMO ENDEREÇO. FRAUDE À LEI E ABUSO DE FORMA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE.

PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS.

- A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar a aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei n.º 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída.

- A Administração Pública pode, em observância ao princípio da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular.

- Recurso a que se nega provimento.

(RMS 15.166/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2003, DJ 08/09/2003, p. 262)

Ressalte-se que o entendimento proferido no r. acórdão do STJ supratranscrito é atual (exemplo: RMS nº 058527 julgado em 27/08/2018 monocraticamente), servindo de parâmetro às decisões havidas até hoje.

A SONDA, por sua vez, não se enquadra no caso em que o STJ entende aplicável a

desconsideração da personalidade jurídica para que sejam estendidos os efeitos da decisão havida em desfavor da empresa CTIS. Portanto, não é correto e nem legal o requerimento realizado pela Recorrente em suas razões.

Diante disso, conforme já dito, a SONDA, sem pretensão alguma de infringir a lei ou qualquer decisão administrativa, apresentou sua proposta de preço desassociada de qualquer outra empresa, como sempre o fez ao longo dos anos que atuou no mercado de TI, não havendo a menor razão para que seja desconsiderada a sua participação nesta licitação, que inclusive resultou na constatação de que a sua proposta de preço é a mais vantajosa no certame.

A SONDA apresentou o melhor preço dentre os lances ofertados e detém plena capacidade para a boa execução dos serviços, objeto que será tratado no tópico adiante. A GLOBALWEB, por sua vez, apenas recorreu por mero inconformismo com o resultado, visto que não logrou êxito na melhor classificação de sua proposta e tampouco apresentou fundamento plausível que justificasse o pleito de anulação da decisão proferida neste Pregão Eletrônico, que corretamente declarou a SONDA vencedora.

1.2.2. DA TOTAL CAPACIDADE TÉCNICA DA SONDA PROCWORK

(Mera Formalidade e Avaliação Equivocada da Recorrente)

A Recorrente afirmou, primeiramente, que não teriam sido atendidos os itens 9.11.4 (e 12.4.5 do TR), 9.11.6 (e 12.4.7 do TR), 9.11.8 (e 12.4.9 do TR) e 9.11.12 do edital.

Os itens acima citados pela Recorrente dizem respeito tão somente à “forma” de apresentação dos atestados de capacidade técnica, não relevantes como o “conteúdo” propriamente.

É de se notar que a ausência de fundamentação sobre o “conteúdo” e o apego exagerado à “forma” é o primeiro indício da fragilidade dos argumentos lançados no recurso.

Ou seja, diante da total inexistência de vícios ligados ao “conteúdo” dos atestados de capacidade técnica apresentados pela SONDA, a Recorrente pretende se valer de um formalismo extremo, citando inclusive exigências editalícias alheias ao procedimento licitatório do MAPA, como àquelas relativas ao PE nº 24/2019 DATASUS, na tentativa frustrada de macular a decisão do Pregoeiro.

Os documentos apresentados pela Recorrida no Pregão e as informações neles contidas foram baseadas em prestações de serviços anteriores que atendem à totalidade dos requisitos da qualificação técnica, sejam eles quantitativos ou qualitativos, os quais, em alguns dos atestados, por meras questões de padronização de modelos quando da emissão pelos órgãos ou empresas atestantes, acabam por não abarcar a totalidade dos aspectos formais exigidos em um ou outro edital, o que não o invalida em seu conteúdo, visto que comprova a efetiva prestação dos serviços na contratação mencionada.

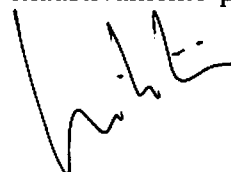
Não obstante os atestados tenham sido emitidos por empresas renomadas e, portanto, consolidas no mercado, caso tivesse ocorrido realmente a necessidade de esclarecimento sobre algum ponto supostamente obscuro ou duvidoso sobre o conteúdo deles, certamente a Comissão de Licitação teria procedido à realização de diligência, tal como prescreve a Lei nº 8.666/1993. Ocorre que, na presente licitação, a diligência se mostrou desnecessária, diante do robusto acervo probatório apresentado pela SONDA.

Assim, todos os primeiros pontos elencados pela GLOBALWEB (mais precisamente no **subitem 3.2 do recurso**), que tratam de questões meramente formais com relação à forma de apresentação atestados, não prevalecem sobre o conteúdo apresentado, ou seja, não invalidam o propósito de comprovação da experiência técnica, que efetivamente aconteceu neste Pregão.

Seguindo esse entendimento, a mera formalidade não pode prevalecer em detrimento dos princípios e valores caros à Administração Pública. Raciocínio diverso resultará na arbitrariedade de se impor a forma sobre o conteúdo, em total menosprezo ao esforço e ao dispêndio havidos para a realização da licitação, que viabilizou uma competição ampla, isonômica e, principalmente, a escolha do preço mais vantajoso pela Administração.

Nesse sentido, vale dizer que um dos princípios mais basilares do Direito Administrativo, que figura como verdadeiro norte ao administrador em licitações é o da **seleção da proposta mais vantajosa**, previsto também no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

É absurda a tese defendida pela Recorrente, de que questões meramente formais impediriam a habilitação de empresa que apresentou a proposta mais vantajosa na licitação, visto que configura o denominado “**formalismo exacerbado**”, tema enfrentado exaustivamente pelas Cortes de Contas, as quais rechaçam veemente tal conduta.



O Tribunal de Contas da União (TCU), seguindo esse mesmo raciocínio, decidiu por sobrelevar a vantajosidade em detrimento de formalidades, além de expor o consolidado entendimento sobre o “**formalismo moderado**” e não extremo, veja-se:

Sumário: REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a **contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa**, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. **No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.** (TCU. ACÓRDÃO 357/2015 - PLENÁRIO)

Grifou-se

No Acórdão nº 2812/2019 – Plenário TCU – foi ainda esclarecida a possibilidade de saneamento de meras falhas por meio de diligência, em homenagem ao referido princípio do formalismo moderado, veja-se:

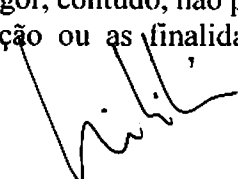
“(…) 46. Nesse particular, são frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

‘Acórdão 357/2015-TCU-Plenário, relator Ministro Bruno Dantas

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Acórdão 2302/2012-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro

É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência. Esse rigor, contudo, não pode ser aplicado de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela



licitação. A licitação possui como objetivos primordiais: assegurar a igualdade de oportunidades entre os interessados e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa para o Poder Público. E, para tanto, rege-se por diversos princípios, entre eles o do procedimento formal, insculpido no artigo 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todas suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. O princípio do procedimento formal não quer dizer que, se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inhabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes.

Esta necessidade de atenuar o excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993, que faculta ‘à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo’. Adotando-se essa medida, evita-se a inhabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude de pequenas falhas, sem reflexos importantes, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa.’

Conclusão

(...) evita-se a inhabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas, em virtude de falhas formais e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, em homenagem ao princípio do formalismo moderado”.

Assim, a diligência serve para apurar fatos e situações indispensáveis para a decisão administrativa de habilitação. No caso em tela, contudo, o acervo probatório apresentado pela Recorrida foi suficiente à demonstração de sua capacidade técnica.

Por todas essas razões, não prosperam as alegações sustentadas pela Récorrente.

No tocante à alegação de que seria necessária a apresentação de atestado de capacidade técnica com reconhecimento de firma do signatário, da cópia do respectivo contrato, também divergem da legislação e jurisprudência do TCU.

Primeiramente, a Lei nº 8.666/1993 previu **rol taxativo** de documentos exigíveis à habilitação, sendo que o contrato **não faz parte** do referido rol, confira-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á** a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e

compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Quanto ao reconhecimento de firma, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendimento pacífico de que se trata de mera irregularidade formal, incapaz, portanto, de invalidar as informações atestadas, confira-se:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. Falta de reconhecimento de firma em certame licitatório.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Recurso especial improvido." (REsp 542.333/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 7/11/2005, p. 191)



Com efeito, o entendimento do STJ é de que a falta de reconhecimento de firma não deverá ser motivo para a inabilitação do licitante, por considerar mera irregularidade formal.

A Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, disciplina ainda que: “*Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. (...) § 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade*”.

Diante disso, reitera-se que todos os atestados de capacidade técnica apresentados pela SONDA são válidos e plenamente aptos para surtirem os seus efeitos legais.

Em um segundo momento, a Recorrente sustentou que não teriam sido observados os subitens 12.4.3.3, 12.4.4.11, 12.4.4.14 e 12.4.4.19 do Termo de Referência. Não assiste, igualmente, a menor razão.

Nesse contexto, a Recorrente afirmou que:

- (i) “*Os Atestados emitidos pela LIQUIGAS e EMBRAER informam que a Recorrida atuou na “Elaboração, implantação, monitoração e administração de ambiente de infraestrutura de TI utilizando melhores práticas/processos descritos no livro Service Operation...”. Porém, o texto não deixa claro se, de fato, a Recorrida foi a responsável pela implantação dos processos*”.

Ora, a Recorrente, reconheceu, por vias transversas, **o cumprimento do subitem 12.4.4.14 do edital** quando afirmou categoricamente que “*o atestado apresentado pela SONDA informa que a empresa atuou na Elaboração, implantação, monitoração e administração de ambiente de infraestrutura de TI utilizando melhores práticas/processos descritos no livro Service Operation...*” (SIC).

O subitem 12.4.4.14 traz exatamente a redação que está nos atestados da **EMBRAER, LIQUIGAS e SEPLAG-MG**, confira-se: “**12.4.4.14. Elaboração, implantação e monitoração de, no mínimo, 2 (dois) processos descritos no livro Service Operation do ITIL; v.3**”. Confira-se os trechos dos atestados abaixo colacionados:



Atestado da EMBRAER:

- **Prestação de serviços de *Service Desk* (com Suporte de Atendimento Remoto e Presencial) para mais de 17.000 (dezessete mil) usuários, Monitoração de Ambiente Tecnológico (NOC - *Network Operations Center*), Sustentação de Sistemas de Informação, Operação de Infraestrutura e Evolução do Ambiente Tecnológico de TIC, abrangendo apoio a Gestão dos Serviços de TIC, utilizando: recursos humanos, processos e ferramentas adequadas, com base em padrões técnicos de qualidade e desempenho com base nas melhores práticas de mercado difundidas pela ITIL V3, COBIT, ISO/IEC 20.000 e a série de normas ISO/IEC 27.000;**

- **Prestação de Serviços operando processos de Gerenciamento de Incidente, Problema, Mudança e de Configuração de acordo com as boas práticas contidas no livro *Service Operation* do ITIL V3, com mais de 10.000 (dez mil) horas de serviços técnicos, em um período ininterrupto de 12 (meses) meses;**

- **Elaboração, implantação, monitoração e administração de ambiente de infraestrutura de TI utilizando melhores práticas/processos descritos no livro *Service Operation* do ITIL v.3, que contemplam:**
 - Gerenciamento de Incidentes;
 - Cumprimento de Requisição;
 - Gerenciamento do Conhecimento (base de conhecimento);
 - Gerenciamento e Ativos de Hardware e Software;
 - Gerenciamento de Disponibilidade;
 - Gerenciamento de Catálogo de Serviços;
 - Gerenciamento de Nível de Serviços;
 - Gerenciamento de Configuração;
 - Gerenciamento de Mudança;
 - Gerenciamento de Problema;
 - Gerenciamento/função da Central de Serviços (*Service Desk*);
 - Gerenciamento da Capacidade.

Atestado da LIQUIGÁS:

- **Prestação de Serviços operando processos de Gerenciamento de Incidente, Problema, Mudança e de Configuração de acordo com as boas práticas contidas no livro *Service Operation* do ITIL V3, com mais de 10.000 (dez mil) horas de serviços técnicos;**



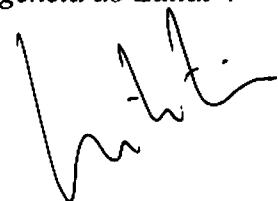
- **Elaboração, implantação, monitoração e administração de ambiente de infraestrutura de TI utilizando melhores práticas/processos descritos no livro *Service Operation* do ITIL v.3 e ISO/IEC 20000. Que contemplam:**
 - o Gerenciamento de Incidentes;
 - o Cumprimento de Requisição;
 - o Gerenciamento do Conhecimento (base de conhecimento);
 - o Gerenciamento e Ativos de Hardware e Software;
 - o Gerenciamento de Disponibilidade;
 - o Gerenciamento de Catálogo de Serviços;
 - o Gerenciamento de Nível de Serviços;
 - o Gerenciamento de Configuração;
 - o Gerenciamento de Continuidade de Negócio;
 - o Gerenciamento de Liberação e Desenvolvimento;
 - o Gerenciamento de Mudança;
 - o Gerenciamento de Eventos e Risco;
 - o Gerenciamento de Problema;
 - o Gerenciamento/função da Central de Serviços (Service Des/c);
 - o Gerenciamento de Acesso;
 - o Gerenciamento da Capacidade.

Atestado da SEPLAG-MG:

- o Projeto e implantação de funções e processos de TI em conformidade com as melhores práticas da biblioteca ITIL V3;
- o Função Service Desk (Central de Serviços);
- o Processo de Gerenciamento de Incidentes;
- o Processo de Gerenciamento de Problemas;
- o Processo de Gerenciamento de Mudanças;
- o Processo de Gerenciamento de Liberações;
- o Processo de Gerenciamento de Base de Conhecimento e Catálogo de Serviços;
- o Processo de Gerenciamento de Configuração de Ativo de Serviço;
- o Processo de Gerenciamento de Nível de Serviço;
- o Processo de Gerenciamento Financeiro dos Serviços de TI;
- o Processo de Cumprimento de Requisições;

Logo, incoerente e ilógico o raciocínio traçado pela Recorrente em seu recurso, já que é explícito nos textos dos atestados o solicitado no subitem 12.4.4.14 do edital.

- (ii) *“Ademais, a comprovação do item 12.4.4.11. “Planejamento, instalação, configuração, monitoração, suporte, a equipamentos de segurança Firewall, IPS, e solução WAF” não está clara nos atestados da LIQUIGAS e EMBRAER, visto que não é possível garantir se a Recorrida foi responsável pelo PLANEJAMENTO, INSTALAÇÃO e MONITORAÇÃO, conforme exigência do Edital”.*



Também não prospera a referida alegação, visto que os atestados da LIQUIGAS e EMBRAER deixaram claro, inequívoco, que a Recorrida foi sim responsável pelo planejamento, instalação e monitoração, conforme exigido no subitem 12.4.4.11 do edital: “12.4.4.11. Planejamento, instalação, configuração, monitoração, suporte, a equipamentos de segurança Firewall, IPS, e solução WAF”. Confira-se:

Atestado da EMBRAER:

- Instalação, configuração e administração de rede LAN com a utilização de protocolos OSPF e roteadores com protocolo BGP com mais de 4.000 (quatro mil) pontos ativos e instalação, configuração e administração de rede WAN;
- Prestação de serviços de Administração, configuração e sustentação a redes em ambiente computacional constituído de switches core em alta disponibilidade, com mais de 10 (dez) Gbps;
- Instalação, configuração e administração de ativos de rede, incluindo switches, roteadores e pontos de acesso de redes sem fio;
- Prestação de serviços abrangendo atividades de solução de segurança em alta disponibilidade, com atividades de administração, configuração e sustentação de: filtro de conteúdo Web; Sistema de Prevenção a Intrusão - IPS; acesso remoto e VPN do tipo IPSec/SSL; sistema de Balanceamento de Carga; firewall do tipo *statefull* baseado em hardware e solução WAF;

Atestado da LIQUIGÁS:

- Prestação de serviços abrangendo atividades de solução de segurança em alta disponibilidade, com atividades de administração, configuração e sustentação de: filtro de conteúdo Web; Sistema de Prevenção a Intrusão - IPS; acesso remoto e VPN do tipo IPSec/SSL; sistema de Balanceamento de Carga; firewall do tipo *statefull* baseado em hardware e solução WAF;

O serviço de Suporte Técnico engloba as atividades necessárias para administração e manutenção da disponibilidade dos serviços de TI da Liquigás (incluindo atividades de evolução da infraestrutura de TI da Liquigás), bem como a administração da infraestrutura de Telecomunicações da Liquigás, no que diz respeito a circuito de dados. Vale destacar que as atividades inerentes ao serviço de Suporte Técnico englobam todos os tipos de serviços de TI descritos abaixo:

- Firewall;



- WAF;

- (iii) “Outro ponto que cabe destaque refere-se ao Atestado emitido pela Embraer S.A que apresenta incoerências: apesar de atestar que a Recorrida prestou serviços de Service Desk, no objeto do contrato firmado não consta tal especificação de serviços. Frise-se que o próprio atestado traz o seguinte texto “...demais especificações constantes nos contratos GSI1110-19 e GSI0696-19, todos os seus anexos, e Proposta Técnica em resposta àRFP235827” no entanto, os documentos citados não foram apresentados”.

O Atestado emitido pela Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, contrato de Service Desk, não atende o subitem 12.4.3.3., vez que discrimina a prestação de serviços para a implementação de processos ITIL. Já o atestado Telefônica Data S/A, apesar de tratar sobre um contrato de VCP, com Hosting e Colocation, não comprova que a Recorrida implementou processos ITIL com ferramenta ITSM, conforme exigido no subitem 12.4.3.3. No mesmo sentido, pela descrição das atividades dos atestados da WMB Supermercados do Brasil LTDA e da Arcelormittal Sistemas não é possível comprovar a existência de implementação de processos ITIL. Assim, da análise do conteúdo dos atestados é possível constatar que o atendimento ao item 12.4.3.3 restou prejudicado.

Não é verdade que a Recorrida deixou de comprovar o **item 12.4.3.3**, pois tal requisito encontra-se devidamente comprovado em diversos atestados de capacidade técnica apresentados pela SONDA, dentre eles, os emitidos pela EMBRAER, LIQUIGÁS e SEPLAG-MG, consoante os trechos abaixo colacionados:

Atestado da EMBRAER:



- Prestação de serviços de *Service Desk* (com Suporte de Atendimento Remoto e Presencial) para mais de 17.000 (dezessete mil) usuários, Monitoração de Ambiente Tecnológico (NOC - *Network Operations Center*), Sustentação de Sistemas de Informação, Operação de Infraestrutura e Evolução do Ambiente Tecnológico de TIC, abrangendo apoio a Gestão dos Serviços de TIC, utilizando: recursos humanos, processos e ferramentas adequadas, com base em padrões técnicos de qualidade e desempenho com base nas melhores práticas de mercado difundidas pela ITIL V3, COBIT, ISO/IEC 20.000 e a série de normas ISO/IEC 27.000;

- Prestação de Serviços operando processos de Gerenciamento de Incidente, Problema, Mudança e de Configuração de acordo com as boas práticas contidas no livro *Service Operation* do ITIL V3, com mais de 10.000 (dez mil) horas de serviços técnicos, em um período ininterrupto de 12 (meses) meses;

- Elaboração, implantação, monitoração e administração de ambiente de infraestrutura de TI utilizando melhores práticas/processos descritos no livro *Service Operation* do ITIL v.3, que contemplam:
 - Gerenciamento de Incidentes;
 - Cumprimento de Requisição;
 - Gerenciamento do Conhecimento (base de conhecimento);
 - Gerenciamento e Ativos de Hardware e Software;
 - Gerenciamento de Disponibilidade;
 - Gerenciamento de Catálogo de Serviços;
 - Gerenciamento de Nível de Serviços;
 - Gerenciamento de Configuração;
 - Gerenciamento de Mudança;
 - Gerenciamento de Problema;
 - Gerenciamento/função da Central de Serviços (*Service Desk*);
 - Gerenciamento da Capacidade.

Atestado da LIQUIGÁS:

- Prestação de Serviços operando processos de Gerenciamento de Incidente, Problema, Mudança e de Configuração de acordo com as boas práticas contidas no livro *Service Operation* do ITIL V3, com mais de 10.000 (dez mil) horas de serviços técnicos;

A handwritten signature in black ink, appearing to be "W. L. L. L.", written in a cursive style.

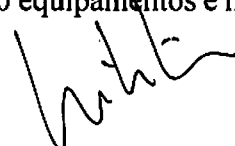
- **Elaboração, implantação, monitoração e administração de ambiente de infraestrutura de TI utilizando melhores práticas/processos descritos no livro *Service Operation* do ITIL v.3 e ISO/IEC 20000. Que contemplam:**
 - o Gerenciamento de Incidentes;
 - o Cumprimento de Requisição;
 - o Gerenciamento do Conhecimento (base de conhecimento);
 - o Gerenciamento e Ativos de Hardware e Software;
 - o Gerenciamento de Disponibilidade;
 - o Gerenciamento de Catálogo de Serviços;
 - o Gerenciamento de Nível de Serviços;
 - o Gerenciamento de Configuração;
 - o Gerenciamento de Continuidade de Negócio;
 - o Gerenciamento de Liberação e Desenvolvimento;
 - o Gerenciamento de Mudança;
 - o Gerenciamento de Eventos e Risco;
 - o Gerenciamento de Problema;
 - o Gerenciamento/função da Central de Serviços (Service Des/c);
 - o Gerenciamento de Acesso;
 - o Gerenciamento da Capacidade.

Atestado da SEPLAG-MG:

- o Projeto e implantação de funções e processos de TI em conformidade com as melhores práticas da biblioteca ITIL V3;
- o Função Service Desk (Central de Serviços);
- o Processo de Gerenciamento de Incidentes;
- o Processo de Gerenciamento de Problemas;
- o Processo de Gerenciamento de Mudanças;
- o Processo de Gerenciamento de Liberações;
- o Processo de Gerenciamento de Base de Conhecimento e Catálogo de Serviços;
- o Processo de Gerenciamento de Configuração de Ativo de Serviço;
- o Processo de Gerenciamento de Nível de Serviço;
- o Processo de Gerenciamento Financeiro dos Serviços de TI;
- o Processo de Cumprimento de Requisições;

No mais, ressalte-se que é inverídica e até mesmo absurda a alegação de que os atestados acima citados, emitidos pela LIQUIGAS e EMBRAER, não comprovariam a implantação dos processos ITIL, conforme trechos já aqui destacados que, expressamente, informam a execução de serviços de “*Elaboração, implantação, monitoração e administração*” de 12 (doze) processos ITIL.

Ademais, sobre a EMBRAER, tratar-se da terceira maior indústria de manufatura aeroespacial do mundo, com mais de 22.000 empregados. A SONDA presta serviços para a EMBRAER desde o ano de 2000, portanto, são 20 anos de prestação de serviços para todas as empresas do Grupo, abrangendo todo o território nacional. A Recorrida suporta mais de 15.000 equipamentos e nosso Service



Desk atende mais de 27.000 chamados utilizando a ferramenta CA Service Desk Manager (PinkVERIFY em 12 processos ITIL).

Além disso, a Recorrente, maliciosamente, desconsiderou que o atestado da SEPLAG-MG comprova a implantação de 10 (dez) processos ITIL, como provado linhas atrás.

- (iv) Já o Atestado emitido pela Gol Linhas Aéreas S/A, cujo objeto é hosting na modalidade de cloud computing, não atende ao exigido no edital no que tange aos itens exigidos. Os atestados emitidos pela Superbid, pela Vallourec Tubos do Brasil LTDA e pelo Hospital Moinhos de Vento referem-se apenas à prestação de serviços para desenvolvimento de sistemas JAVA, o que não é suficiente para comprovar a qualificação técnica da Recorrida exigida no subitem 12.4.4.19.

Não é verdade que a Recorrida deixou de comprovar o **item 12.4.4.19**, pois tal requisito encontra-se devidamente comprovado em diversos atestados de capacidade técnica apresentados pela SONDA, dentre eles, os emitidos pela EMBRAER, PETROBRAS e LIQUIGÁS, conforme os trechos abaixo colacionados:

Atestado da EMBRAER:

- **Prestação de Serviços de Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas de Informação com volume superior a 50.000 (cinquenta mil) horas por ano, por período ininterrupto de 12 (doze) meses, com mensuração da qualidade através de acordos de níveis de serviços, mantidos em repositórios, sob controle de versões, em ambientes de integração contínua, submetidos a análise automatizada de qualidade aderentes a padrões de qualidade de código fonte estabelecidos nos processos corporativos da EMBRAER;**
 - **Realização de atividades em Engenharia de Software abaixo relacionadas;**
 - **Levantamento de Requisitos e Especificação de Soluções**
 - **Definição de Projeto e Arquitetura de Sistemas**
 - **Desenvolvimento/Implementação de Sistemas**
 - **Engenharia de Testes e Qualidade**



- Suporte e Sustentação de Sistemas
- Administração de Dados Corporativos
- Realização de atividades de automação de testes com volume superior a 10.000 (dez mil) horas de serviço técnicos por ano, em um período ininterrupto de 12 (doze) meses.
- Prestação de Serviço Técnico em atividades de testes de intrusão, análise de vulnerabilidades em sistemas e aplicações, totalizando mais de 3.500

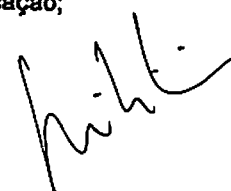
(três mil e quinhentas) horas de serviços técnicos por ano, em um período ininterrupto de 12 (doze) meses;

Atestado da PETROBRAS:

- ✓ Desenvolvimento (codificação) de software e testes (casos de testes), utilizando portlets, ejbs e componentes reutilizáveis, Inspeção de Qualidade, Passagem para ambientes de teste, homologação e implantação em produção e auxílio à produção para deploys nesses ambientes.
- Desenvolver, ajustar e testar individualmente os programas/componentes, de acordo com a especificação técnica e plano de testes, que constam na metodologia da BR para o ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas (CVDS), baseada no RUP – Rational Unified Process.
- ✓ Criar, no ambiente de testes/homologação, cenários de teste suficientes (incluindo dados) para a execução dos testes dos programas e demais objetos criados e/ou alterados.
- ✓ Executar testes das configurações, programas e demais objetos criados e/ou alterados, garantindo a qualidade das funcionalidades e integridade do sistema. Identificar, analisar e corrigir possíveis erros.

Atestado da LIQUIGÁS:

- Serviços de sustentação/administração de, em período ininterrupto de 02 (dois) anos de execução de serviços, em análise de artefatos de documentação de sistemas, dentre eles, manuais, histórias de usuário, casos de uso, Documento de especificação de requisitos, Esquema de banco de dados, Planos de testes, Plano de Publicação;



- Prestação de Serviço Técnico em atividades de testes de intrusão, análise de vulnerabilidades em sistemas e aplicações, totalizando mais de 3.500 (três mil e quinhentas) horas de serviços técnicos;

Pelas razões expostas, não resta a menor dúvida de que, nos atestados emitidos à SONDA, há descritivo completo de todos os requisitos técnicos necessários a sua habilitação, conforme as exigências do edital ora discutido, o que por si só já demonstra sua inequívoca competência e a satisfatória execução dos contratos, caso contrário, sequer haveria atestado.


Diante disso, não merecem prosperar as alegações de que a Recorrida teria deixado de atender os requisitos técnicos estabelecidos nos itens 12.4.3.3, 12.4.4.11, 12.4.4.14 e 12.4.4.19 do Termo de Referência, haja vista que os atestados apresentados pela Recorrida, conforme amplamente demonstrado anteriormente, atendem inteiramente os referidos itens.

2. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, requer seja negado provimento ao recurso interposto pela GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA., mantendo-se incólume a decisão que declarou vencedora a Recorrida SONDA PROCWORK INFORMATICA LTDA.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 10 de janeiro de 2020.



SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 08.733.698/0001-66
Henrique Girão Moreira
Gerente de Suporte a Vendas - CO
RG: 1772057 SSP/DF
CPF: 701.862.271-91